

Conflitos e resistências no Brasil nos tempos do bolsonarismo

Filippo Lenzi Grillini

UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI SIENA

Valeria Ribeiro Corossacz

UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI MODENA E REGGIO EMILIA

Introdução¹

Este Dossiê pretende contribuir para um esforço coletivo de análise, que vem sendo realizado desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, percebido como um divisor de águas na história do País, e a consequente eleição de Jair Bolsonaro para a presidência². Esse esforço, que une diversos pesquisadores, tem por objetivo analisar o que hoje chamamos de “bolsonarismo”, sua gênese, suas características e seus valores, para entendermos melhor como superá-lo e conjuntamente realizar um projeto de justiça social, do qual fazem parte os conhecimentos produzidos dentro das universidades.

Compartilhamos aqui a elaboração de Pinheiro-Machado e Freixo, segundo os quais o bolsonarismo é entendido

¹ Embora este texto tenha sido compartilhado em todas as suas partes, a primeira e a última seções foram escritas pelos dois autores. A segunda seção foi escrita por Valeria Ribeiro Corossacz, e a terceira, por Filippo Lenzi Grillini. Os autores agradecem Karina Jannini pela revisão do texto.

² Entre as várias contribuições, lembramos Chalhoub et al., 2017; Hau, *Currents: The Rise of Brazilian Fascism*, 2020; Cultural Anthropology Hot Spot, *Bolsonaro and the Unmaking of Brazil*, 2020.

como um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo (2019, cap. 1).

Uma das questões que caracterizou o surgimento do conjunto de valores e projetos políticos, atualmente chamado de “bolsonarismo”, é o uso do termo “fascista” para qualificá-los nas redes sociais, nas conversas e em textos acadêmicos (Soares, 2020). O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e o que veio em seguida, seja dentro das instituições parlamentares, seja na sociedade, são parte integrante desse novo lema intitulado “bolsonarismo”. Um traço comum à fase “*impeachment* da Dilma” e à atual é o uso do adjetivo “fascista” para caracterizar as formas de perseguição, censura, estigmatização, ataques verbais e físicos e até assassinato de pessoas que representam pontos de vista e vidas discordantes da visão de mundo fundamentalista, hoje representada pelo universo semântico do “bolsonarismo”: “Deus, pátria, família”. O caso do Brasil se insere em um contexto internacional, no qual se assistiu a um declínio das democracias liberais em favor de regimes autoritários e repressivos, que chegaram ao poder por meio de processos democráticos (Castells, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018). No contexto brasileiro, o termo “fascismo” é usado para se referir a um universo político-cultural, e não estatal, ou seja, não estamos diante de um Estado com um regime fascista (Coutinho, 1989), embora sua estrutura democrática tenha sido fortemente abalada desde o golpe jurídico-parlamentar, mas estamos diante de uma sociedade em que amplos setores, legitimados pelas escolhas políticas do atual presidente, aceitam e promovem valores e comportamentos de perseguição, violência e desprezo pela vida dos adversários políticos e dos grupos historicamente mais marginalizados. Nesse aspecto, o Brasil dividido, ao qual nos referimos no título deste Dossiê, parece distinguir-se de outros momentos de sua história recente, nos quais a polarização estava presente, por exemplo, no resultado das eleições do segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2014. O tipo de polarização que caracteriza essa fase é percebido por muitos como diferente, mas não novo, com uma clara intenção de destacar como essa diferença surgiu na continuidade entre a crise do governo de Dilma Rousseff, seu *impeachment* e a ascensão de Bolsonaro (Pinheiro-Machado e Freixo, 2019; Soares, 2020). Flauzina considera que as “dinâmicas políticas conservadoras não se iniciam com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, mas se intensificam” (2019, Cap.4). Em outros termos, as razões devem ser procuradas numa perspectiva de longa duração, que abranja a formação da nação brasileira, e não apenas os erros e as tensões que marcaram os governos do Partido dos Trabalhadores. Sobretudo, há que se explicitar em quais grupos houve uma

“ruptura mais acentuada” e em quais outros houve um “aprofundamento de uma cisão democrática que sempre existiu” (Pinheiro-Machado e Freixo, 2019, cap. 1), ou seja, a população negra, periférica e indígena.

Um dos elementos que nos motivou a organizar este Dossiê, a partir do nosso posicionamento como docentes brancos de universidades públicas italianas, foi a compreensão da gravidade do ataque aos conhecimentos críticos e às universidades públicas, que caracterizou todo o processo de *impeachment* e, posteriormente, o da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, no qual o racismo e a cruzada contra a chamada “ideologia de gênero” tiveram um papel central. Infelizmente, não se trata de um caso isolado. Outros colegas vivem situações parecidas (Turquia, Hungria, Irã), e acreditamos que essa questão concerne a todes. Como já observado por outros autores, “as happened a century ago in Europe, one of the central ingredients of the current authoritarian wave is anti-intellectualism” (Neiburg e Thomaz, 2020, p. 8). Por isso, consideramos este artigo e este número como partes de um processo que fortalece redes de solidariedade e trocas de conhecimento entre estudiosos de diversos países. Este número, em particular, propõe-se a dar voz a pesquisadoras e pesquisadores ativos justamente no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, que entraram na mira do governo nos últimos anos³.

Em abril de 2019, Bolsonaro manifestou-se explicitamente em favor de uma redução nos investimentos federais relativos aos programas acadêmicos de Ciências Humanas para financiar apenas as áreas disciplinares que “gerem retornos imediatos para quem paga impostos, tais como veterinária, engenharia e medicina”⁴. Essa declaração ocorre em um clima geral, que nos últimos anos viu o surgimento de manifestações e atos de intolerância em relação a diversos estudiosos, em razão das posições por eles expressas. Por exemplo, devido às ameaças recebidas de grupos ultraconservadores, que atacam suas pesquisas sobre a interrupção voluntária da gravidez e sua posição em favor da descriminalização do aborto, a antropóloga Débora Diniz foi obrigada a deixar o País em 2018. A mesma sorte coube à cientista política Ilona Szabó, e o pesquisador David Nemer, estudioso da difusão de *fake news* pelas redes sociais dentro dos grupos de apoiadores de Bolsonaro, recebeu ameaças de morte. Os ataques também chegaram por meio de denúncias oficiais, feitas por deputados “bolsonaristas”, e mediante processos por parte de órgãos da União, como no caso do epidemiologista Pedro Hallal, ex-reitor da Universidade de Pelotas,

³ O seminário “Ricerca, sapere e politica nel contesto nazionale brasiliano contemporaneo” (Pesquisa, conhecimento e política no contexto nacional brasileiro contemporâneo), realizado na Universidade de Siena, Itália, em novembro de 2019, foi a primeira oportunidade de reflexão a oferecer as ideias que aqui serão aprofundadas.

⁴ Declaração de Bolsonaro no Twitter (26/04/2019).

crítico ferrenho das medidas adotadas pelo governo federal para lidar com a pandemia e denunciado por ter se manifestado de maneira desrespeitosa em relação ao presidente.

Esses atos se inserem em um processo mais amplo, no qual a liberdade de ensino em todos os ciclos e níveis do sistema educacional também é atacada. Nesse sentido, o movimento Escola sem Partido, próximo das posições de Bolsonaro, propõe-se explicitamente a limitar o “abuso da liberdade de ensino” e o suposto doutrinamento ideológico em âmbito educacional, além de atacar a pedagogia de Paulo Freire, patrono da educação brasileira.

Nesse contexto, este Dossiê reúne artigos que, com enfoques teóricos multidisciplinares e com base em pesquisas de campo, examinam os processos e as dinâmicas que levaram à eleição de Bolsonaro, bem como os efeitos das atuais políticas governamentais e dos discursos presidenciais em relação a diferentes grupos e comunidades, presentes na sociedade brasileira. Com o objetivo de mapear e estudar as atuais formas de resistência e como elas impactam a vida dos sujeitos mais vulneráveis, também privilegamos artigos que priorizaram a análise da capacidade de reagir e a avaliação das estratégias elaboradas por indivíduos e grupos, como movimentos sociais e políticos, diante da violenta reação que representou a eleição de Bolsonaro.

Neste artigo serão destacados alguns âmbitos que priorizamos. Estamos conscientes de que este número e este texto introdutório não são exaustivos nem podem abranger todos os aspectos que caracterizam o quadro que levou à eleição de Bolsonaro. Vale lembrar que, quando preparamos a chamada de artigos, não se tinha pleno conhecimento da amplitude que a pandemia de Covid-19 alcançaria em nível global, tampouco especificamente no território brasileiro. Assim, enquanto alguns artigos integraram a análise dos efeitos do governo Bolsonaro também em relação ao discurso e às escolhas políticas relativas à gestão da emergência sanitária e econômica, outros não tiveram a mesma abordagem.

Entre os aspectos que não puderam ser aprofundados, mesmo estando presentes de forma transversal nos artigos, destaca-se o papel assumido por discursos e retóricas “antipetistas”, que se alimentaram dos casos de corrupção envolvendo alguns expoentes do PT (além dos de outros partidos)⁵, muito divulgados pela mídia. A campanha “antipetista” foi relevante sobretudo no caso do segundo turno eleitoral, que contrapôs Fernando Haddad (PT) a Jair Bolsonaro (na época, filiado ao PSL). Graças a ela, Bolsonaro acabou recebendo votos que, em outra situação, não teria obtido.

⁵ Os escândalos ligados aos casos de corrupção contribuíram para alimentar um sentimento antipolítico e anti-*establishment*, que levou a uma redução da confiança no sistema político como um todo.

O segundo aspecto a ser citado diz respeito ao próprio espaço midiático privilegiado para a difusão dessa campanha, constituído pelas redes sociais, que foram instrumento de divulgação de *fake news* em ampla escala. Essa divulgação se deu não apenas por intermédio das redes sociais, mas sobretudo por meio delas e, especificamente, pelo WhatsApp. Usado por 120 milhões de brasileiros e brasileiras, esse aplicativo foi um dos meios de comunicação que mais condicionou o resultado das eleições (Kischinhevsky et al., 2019). Nesse sentido, as pesquisas de Cesarino (2020) evidenciam como o surgimento do populismo autoritário e digital no País, que se beneficiou de uma simplificação do discurso político e da nítida divisão da arena por meio de dois campos contrapostos (Laclau, 2005), pode ser analisado como um processo de esquismogênese. Diferentemente do que foi demonstrado por Bateson, nesse caso esse processo não leva a uma resolução de conflitos e oposições, mas, ao contrário, nutre-se dessas contraposições, recriando-as e consolidando-as.

Um terceiro elemento, digno de ser aprofundado, refere-se à ênfase conferida por Bolsonaro ao tema das armas na campanha eleitoral, que se insere em um declarado projeto de armar os cidadãos para a autodefesa, segundo uma lógica que leva ao paroxismo as retóricas de segurança, explicitadas por uma comunicação tanto física (fazer o gesto de uma arma com as mãos) quanto verbal (com o uso do slogan “bandido bom é bandido morto”). Os novos decretos para a flexibilização do acesso às armas, assinados pelo presidente em fevereiro de 2021, vão especificamente nessa direção.

No que se refere aos atores coletivos, aos grupos de interesse e às forças que apoiaram Bolsonaro de forma mais ou menos declarada ou compartilharam parte de seu programa, o papel do setor militar não pode ser negligenciado. Esse setor, do qual provém o próprio Bolsonaro como capitão reformado, começou a amadurecer uma hostilidade em relação às políticas do PT sobretudo a partir de 2009, quando, sob o governo Lula, foi proposta pela primeira vez uma Comissão Nacional da Verdade, encarregada de trazer à luz as violações dos direitos humanos, praticadas durante a ditadura (Adorno, 2010, p. 17). Essa proposta se inseria no âmbito do III Programa Nacional de Direitos Humanos. Esses direitos fundamentais inspiraram a Constituição de 1988 e, desde sua promulgação, assumiram uma importância crescente no debate público, sobretudo nos anos dos governos petistas.

Tal como os militares, os evangélicos também se opuseram a algumas orientações políticas que se afirmavam no âmbito do Programa Nacional de Direitos Humanos desde o primeiro mandato do presidente Lula. Dispondo de redes de televisão e rádio de propriedade de igrejas neopentecostais e atuando no Congresso por meio da Frente Parlamentar Evangélica, à qual também aderiu parte dos católicos, esse grupo combateu, por exemplo, as aberturas em relação à

legalização do aborto, em 2005, da união homoafetiva e da adoção de crianças por homossexuais (Zanotta Machado, 2020).

Mesmo sabendo que essas não podem ser consideradas as únicas motivações que levaram parte dos evangélicos a se aproximar da figura de Jair Bolsonaro e, como sugere Almeida (2019, p. 186), que “nem todos os conservadores são evangélicos, nem todos os evangélicos são conservadores”, é razoável salientar sua influência sobre o resultado eleitoral, que teve dois terços dos votos dos eleitores evangélicos destinados ao ex-capitão do exército e apenas um terço direcionado a Haddad (ivi, p. 206)⁶. O próprio Bolsonaro transformou em seus cavalos de batalha temas, linguagens e discursos voltados a conquistar os evangélicos. Para tanto, durante uma campanha eleitoral acompanhada pelo slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”⁷, evocou fantasmas como a chamada “ideologia de gênero” e enfatizou a defesa da família tradicional.

Além disso, no caso específico dos pentecostais, a doutrina baseada na “Teologia da Prosperidade”, fundada no enaltecimento da atividade empresarial individual, torna os preceitos religiosos compatíveis com um modelo de sociedade neoliberal (Almeida, 2019). Esse modelo é coerente com as escolhas de orientação macroeconômica, prometidas pelo governo Bolsonaro e confirmadas pela entrega do cargo de ministro da Economia a Paulo Guedes, formado entre os economistas da Escola de Chicago. Sobretudo recentemente, diversos autores concordam em defender que discursos autoritários e fundamentalistas podem, de fato, coexistir com políticas econômicas neoliberais ou ultraliberais (Solano, 2018; Fassin, 2019; Brown, 2019; Feltran, 2020).

A reação conservadora, observada nos últimos anos em que o PT esteve no poder, foi provocada por causas, elementos e grupos diferentes e, em muitos casos, motivada pela perda de privilégios ou pelo temor de perdê-los. No que se refere à população mais pobre, os efeitos da crise econômica que atingiu o País nos últimos anos de governo do PT, após o grande crescimento durante a presidência de Lula, tiveram repercussões importantes sobre o aumento da pobreza e as possibilidades de acesso a bens materiais. Esses elementos devem, necessariamente, ser levados em consideração para compreendermos por que, também entre as faixas mais pobres da sociedade, houve eleitores que optaram por apoiar Bolsonaro (Pinheiro-Machado e Mury Scalco, 2020). Do lado oposto,

⁶ Dados obtidos por Almeida em uma pesquisa realizada pelo Datafolha (25/10/2018).

⁷ Também nesse caso é importante lembrar que esses temas vieram à tona não apenas durante a campanha eleitoral de 2018, mas também devem ser inseridos em um processo mais amplo, no qual uma etapa significativa é representada pela votação parlamentar, relativa ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Nessa votação, a maioria dos deputados da bancada evangélica mostrou-se favorável à destituição da presidenta e justificou o próprio voto em nome de valores morais tradicionalistas, que remetiam diretamente a conceitos como “família” e “Deus” (Prandi e Carneiro, 2018).

há que se considerar a situação da classe média alta branca, que sentiu “seus direitos” ameaçados por algumas políticas, como a introdução das cotas de acesso às universidades para negros e indígenas provenientes de escolas públicas, ou pela reforma que ampliou alguns direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas.

Ao longo dos anos, os interesses dos grupos, das classes e dos setores aqui citados, além dos que citaremos a seguir, aproximaram-se e acabaram convergindo na conjuntura política que levou à eleição de Bolsonaro. Trata-se de forças que tiveram histórias diferentes e surgiram em momentos diferentes, como “uma onda quebrada que resulta de processos sociais desiguais, assimétricos e com temporalidades distintas, mas que, na conjuntura atual, concertaram-se politicamente em torno de inimigos comuns” (Almeida, 2019, p. 210) ou, por fim, como uma “movimentação neoconservadora”, na definição de Zanotta Machado (2020, p. 5).

As duas próximas seções serão dedicadas a dois âmbitos específicos: os efeitos do bolsonarismo nas estruturas de opressão de raça, sexo e classe e para os direitos dos povos indígenas, sobretudo em relação aos processos de demarcação de terras de ocupação tradicional e à sua defesa. No primeiro caso, serão discutidas as dinâmicas de resistência dos grupos historicamente mais oprimidos perante a defesa de privilégios dos grupos dominantes. No segundo, será examinado o progressivo enfraquecimento dos processos de demarcação, causado pelo aumento da desregulamentação promovida pelo governo Bolsonaro, que permitiu a apropriação de diferentes ecossistemas por parte dos setores extrativistas, com destaque para as estratégias de luta e resistência por parte dos povos indígenas.

Continuidades e rupturas na desconstrução dos privilégios de classe, raça e gênero

Para entender os processos e as dinâmicas que levaram à eleição de Bolsonaro, é necessário recorrer a uma perspectiva que reconheça a posicionalidade na produção do conhecimento (Gonzalez, 1988; Ribeiro, 2019) e, de forma específica, que identifique como a branquitude, a masculinidade heteronormativa e a classe média tendem a se autoinvisibilizar na produção de conhecimento para estruturar e legitimar análises e interpretações dentro e fora da academia.

Como já considerado nas páginas anteriores, os resultados das eleições de 2018 confirmaram uma polarização já existente e historicamente determinada na sociedade brasileira, marcando uma linha de continuidade, e não de ruptura, embora trouxessem um elemento novo que muitos reconduzem ao universo

político-cultural do fascismo dentro de um Estado formalmente democrático. A partir da preparação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o aumento de perseguições, ataques e assassinatos de cidadãos, sobretudo negros/negras, mulheres e LGBTQI, que lutam pela defesa das comunidades mais oprimidas nas áreas rurais e urbanas, tornou-se um elemento “normalizado” da vida política de um Estado formalmente democrático. Paralelamente a esse aumento, deu-se continuidade à política de genocídio e encarceramento da população negra, em especial jovem, conduzida pela intervenção da mão armada do Estado (Costa Vargas e Amparo Alves, 2010; Franco, 2014). Isso ocorreu dentro de um quadro que tem como dinâmica o terror racial, e conseguiu “expropriar o sentido de humanidade de forma tão brutal dos corpos negros que o sofrimento imposto a esse segmento populacional não é socialmente inteligível” (Flauzina, 2019). Portanto, é fundamental ressaltar que a eleição de Bolsonaro ocorreu em um contexto de “flagrante compatibilização entre democracia e genocídio no Brasil” (Flauzina, 2019; ver também Costa Vargas, 2012), acompanhado por um conjunto de políticas institucionais que tentaram desafiar o racismo e a opressão de classe e de gênero.

Nesta seção, destacarei alguns elementos que nos ajudam a concentrar a atenção nos aspectos dinâmicos desse quadro no que se refere à articulação entre racismo, sexismo e desigualdades de classe em termos de opressão e avanços. Os resultados das eleições de 2018 expressam de forma clara esse elemento dinâmico. Elegeu-se presidente da República um candidato com um projeto declaradamente racista, sexista, transfóbico, ultraliberal e marcado pelo fundamentalismo religioso. Ao mesmo tempo, houve um aumento no número de mulheres eleitas (de 12 a 23 nos partidos de esquerda) e de deputadas negras no Congresso Nacional (5), embora continuem sendo um número irrisório em comparação com a formação racial da população. Os exemplos mais significativos se referem à deputada federal Joenia Wapichana, primeira mulher indígena no Congresso⁸, a Érica Malunguinho, primeira deputada trans, negra e nordestina na Assembleia Legislativa de São Paulo, e a Talíria Petrone, militante do movimento negro e dos direitos LGBTQI, eleita como deputada federal pelo Estado do Rio de Janeiro, numa trajetória política ligada à da vereadora Marielle Franco, assassinada em março 2018. Para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro foram eleitas três vereadoras negras – Renata Souza, Mônica Francisco e Dani Monteiro – num projeto político que se une ao de Marielle Franco⁹ e lhe dá

⁸ Desde 1982 não havia um deputado indígena no Congresso.

⁹ Apesar do aumento da violência depois das eleições de 2018, é importante ressaltar como essa tendência se reforça: nas eleições municipais de novembro de 2020, foram eleitos 70 candidatos LGBTQI, um recorde na história do País (<https://revistahibrida.com.br/2020/11/16/eleicoes-2020-brasil-bate-recorde-historico-com-mais-de-70-lgbtis-eleitos/>).

continuidade. Como lembra Monteiro ao se referir a esse resultado eleitoral: “Foi só o começo de algo que a gente já começou há muito tempo, de uma nova política que tentaram silenciar e não conseguiram”¹⁰. Essa declaração pontua a necessidade de reconhecer a longa história de resistência, luta, organização, cuidados e ajuda mútua, que define a experiência da população negra, de origem indígena e oprimida e vê as mulheres e as subjetividades LGBTQI na linha de frente¹¹. Justamente ao se olhar para essa história e para a forma como ela foi negada e silenciada na retórica nacional da mestiçagem e da democracia racial é que esses resultados eleitorais, aparentemente contraditórios, podem ser considerados como o marco de um processo contínuo, que visa a superar formas antigas e renovadas de opressão. A trajetória e a atuação política de Marielle Franco dentro da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro representam uma das experiências de oposição e inversão da histórica prática de silenciamento dos grupos oprimidos. A presença do corpo de negros, mulheres negras, lésbicas, trans, indígenas e dos projetos políticos por elas defendidos dentro de espaços que foram historicamente construídos para brancos de classe média e heteropatriarcais representa uma mudança radical, que atinge os mecanismos de reprodução de privilégios de raça, classe e gênero¹². Consciente desse fato e da tentativa de deslegitimar sua autoridade dentro da Alerj, por exemplo mediante a interrupção de sua fala, Marielle reagia, afirmando: “Não serei interrompida.” Com essa frase, ela desafiava o regime de autorização discursiva branca, masculina e cis-heteronormativa (Ribeiro, 2019, p. 27), que define quais seriam os sujeitos e os corpos legitimados para descrever a realidade, nomeá-la e governá-la. A trajetória de Marielle Franco, interrompida antes da eleição de Bolsonaro, representa um elo entre os efeitos das conquistas no plano do combate à pobreza, ao racismo e à violência de gênero, e o atual cenário de reação conservadora, que perpassa diversos setores da sociedade, não se limitando às classes mais abastadas.

Como indicado por vários autores, o projeto de eliminar, oprimir e explorar a população negra, indígena e pobre é parte do projeto branco de construção da nação brasileira, de formas mais ou menos institucionalizadas e que produzem uma aceitabilidade da morte e da desumanização das vidas negras (Costa Vargas, 2012; Flauzina, 2019). Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), houve algumas mudanças materiais para essa fatia da população, uma fase histórica em que, graças às lutas de diversos movimentos

¹⁰ <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/rio-de-janeiro/rio-elege-deputadas-quatro-mulheres-negras-amigas-de-marielle,2b758a67c94645a923d1ed22b9411277ru4899wx.html>

¹¹ Esse é o sentido da frase “nossos passos vêm de longe”. Veja-se o livro organizado por Werneck, Mendonça e White, 2000.

¹² É por isso que são sujeitos a ataques e ameaças de morte.

sociais e a alianças com partidos e sindicatos, foi possível levar para dentro da organização do Estado um projeto que realizasse as primeiras etapas de justiça social também em termos de raça e gênero¹³. Essas mudanças são o resultado da atividade política de vários grupos, nos quais se destacam as mulheres negras, pobres, indígenas e camponesas. As mudanças que mais atingiram a estrutura de privilégios de raça, sexo e classe, sedimentada na história do Brasil, foram a implementação das políticas de cotas para estudantes negros nas universidades públicas (ver neste número Freitas e Cornélio) e a aprovação da PEC nº 72 sobre direitos das trabalhadoras domésticas, cujo foco é a subjetividade política das trabalhadoras domésticas negras e pobres (Acciari e Ribeiro Corossacz, 2020). Essa subjetividade política é parte do longo processo de resistência e transformação da realidade, embora ela tenha sido negada no discurso das classes brancas dominantes, que preferiram representá-la no papel de mãe preta que cuida das famílias brancas de classe média (Gonzalez, 1983). Essas duas transformações, que tocam o cerne da reprodução dos privilégios de raça, classe e sexo, junto aos efeitos de uma crise econômica mundial, contribuíram de forma radical para a reação conservadora ainda mais virulenta das elites e das classes médias, mas também dos grupos marginalizados, que se viram diante da perda de alguns avanços materiais (Pinheiro-Machado e Freixo, 2019; Pinheiro-Machado e Mury Scalco, 2020).

O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, representa um momento-chave para a compreensão do amálgama entre violência de gênero e violência de raça e classe das elites brancas. A presidenta foi alvo de violentos e repetidos ataques misóginos, não só dentro das instituições e por homens em cargos institucionais, mas também por cidadãos comuns. Segundo Werneck, o golpe institucional tem a ver com “‘putting back order in the big house’, rescuing the old hegemonies, and ‘keeping the shanty-town dwellers in their rightful place’” (Chalhoub et al., 2017, p. 45). O *impeachment* seria, então, um “marco não de excepcionalidade, mas de retorno à exclusão brutal da população negra” (Pinheiro-Machado e Freixo, 2019, p. 261), sendo necessário chamar a atenção para os aspectos de continuidade, e não de ruptura, quando o ponto de vista é deslocado da branquitude (Flauzina, 2019). Como observa Carneiro ao comentar a foto do governo Temer pós-*impeachment*, formado apenas por homens brancos: “The old guard was returning with a vengeance; patriarchy, whiteness expressing itself, affirming itself with all its might” (Chalhoub et al., 2017, p. 48). A eleição de Bolsonaro completa esse movimento de reação conservadora, que busca restabelecer a ordem social em termos de raça, classe e gênero, mas também se confronta com novas formas de resistência, que nascem de uma longa

¹³ Mesmo nos governos do PT, as desigualdades estruturais para as pessoas negras permaneceram (Costa Vargas, 2020).

história de resistência e organização de baixo e dos frutos de políticas públicas de combate ao racismo, à violência de gênero e à pobreza, realizadas nos anos em que o PT governou o País (ver neste número De Fina Gonzalez). Um exemplo de ataques às políticas petistas e aos grupos que delas se beneficiavam são os discursos pejorativos e de ódio contra as mulheres que recebiam auxílio do Programa Bolsa Família. Em 2014-15, ou seja, quando já se estruturava o processo que levaria ao fim dos governos do PT, a antropóloga Rodrigues pesquisou no sertão central cearense as falas dessas mulheres pobres, pardas e negras, que eram acusadas nos discursos contra o PBF de viver “às custas do governo”, de ser “vagabundas”, de não querer trabalhar e “fazer menino”. Rodrigues demonstra como esse programa de redistribuição de renda contribuiu para um processo de construção de autonomia individual, para se “libertar de condições familiares de opressão e violência” (2016, p. 92), inclusive por meio da valorização dos estudos e da inserção no mercado de trabalho, fortalecendo a cidadania¹⁴. Portanto, trata-se de ataques a programas que visam a combater a pobreza, em sua imbricação com opressão de gênero e raça, em que a capacidade reprodutiva e a sexualidade das mulheres negras e pobres é objeto de controle social.

A força conquistada pela bancada de grupos de fundamentalistas religiosos no Congresso com as últimas eleições é um elemento crucial para entendermos esse quadro, em que a implementação de políticas ultraliberais, de desmonte do Estado de bem-estar social e destruição de ecossistemas se estrutura por meio de ataques às políticas contra o racismo, a violência de gênero e a erradicação da pobreza. Como já salientado em relação a outros aspectos, trata-se de um processo de longa duração¹⁵, construído com convergências e alianças entre grupos de fundamentalistas católicos e evangélicos, bem como conservadores, a partir da pauta contra a legalização da interrupção de gravidez (Pitanguy, 2018; Biroli, 2017; Corrêa e Kalil, 2020). Por meio da apropriação do universo semântico da “defesa da família e da vida” (qual família? Qual vida?), esses grupos contribuíram para o aumento da criminalização do aborto, dos ataques aos debates e às iniciativas que envolvessem sexualidade e relações de gênero e, paralelamente, para o fortalecimento de um plano político e econômico ultradireitista e liberal. O termo “bancada BBB” (boi, bala e Bíblia) explicita esse projeto, indicando a convergência entre os interesses do agronegócio, da bancada ligada à indústria armamentista e dos grupos que se apresentam como defensores de uma ordem moral e patriarcal, representada pelas religiões

¹⁴ Aqui, cidadania no sentido atribuído por Costa Vargas: “Não somente a sua definição jurídica e política, mas algo mais amplo: o pertencimento à família humana” (2020, p. 19).

¹⁵ Entre 1998 e 2014, os membros da bancada evangélica passaram de 44 a 90 (Corrêa e Kalil, 2020, p. 42).

fundadas na Bíblia (Biroli, 2017). É importante considerar que os ataques às leis sobre o aborto tiveram um papel central em várias fases do desmonte dos governos do PT: nos debates durante a primeira candidatura da presidenta Dilma Rousseff, que levaram à publicação da Carta ao Povo de Deus, em 2010, e em novembro 2015, por ocasião das manifestações feministas contra um projeto de lei para limitar os casos de aborto legal, proposto pelo então presidente da Câmara Eduardo Cunha, da bancada evangélica. A pauta antiaborto se torna central na agenda ultraliberal e “antigênero” do governo Bolsonaro, como fica claro, por exemplo, na trajetória política da ministra Damares Alves¹⁶.

A questão da legalização do aborto é perpassada pelo racismo estrutural, que afeta os direitos reprodutivos das mulheres negras e o direito à vida da população negra (Geledés, 1991). As mulheres negras lutam pelo direito de ter filhos e vê-los crescer, contra a esterilização feminina forçada (Ribeiro Corossacz, 2009) e por uma sociedade em que a vida das/os jovens negras/os tenha o mesmo valor e as mesmas possibilidades que a dos/das jovens brancos/as. A criminalização do aborto afeta sobretudo essas mulheres, que exercem o direito de autodeterminação sobre o próprio corpo de qualquer maneira, com riscos para a própria saúde e a própria vida (Diniz, Medeiros, Madeiro, 2017; Sempre Viva Organização Feminista, 2018). Desse modo, a questão do aborto, central nos discursos de grupos políticos conservadores, deve ser analisada a partir das condições materiais de vida das mulheres. Para as negras e pobres, a prática do aborto se encontra na interseção entre vários fatores: o racismo estrutural, que nega o valor da vida da população negra; a história de abusos de esterilização feminina; a falta de serviços públicos de ajuda à maternidade; a carência de escolas públicas e de programas de saúde reprodutiva; a opressão de gênero, que condiciona o exercício da sexualidade e da reprodução; e os riscos decorrentes de praticar o aborto de forma ilegal, ou seja, insegura (o que não acontece no caso das mulheres ricas e brancas). Nesse contexto, torna-se importante reconhecer que os ataques aos direitos de autodeterminação das mulheres – seja de ter filhos e poder criá-los, seja de decidir se querem tê-los – não é assunto secundário, mas parte de um projeto político que, além de patriarcal, é autoritário, racista e ultraliberal. Nesse sentido, a construção da chamada “ideologia de gênero”, inventada pelo Vaticano (Garbagnoli e Prearo, 2018), é uma etapa fundamental. Vale ressaltar que também no Brasil os discursos antigênero foram inicialmente veiculados por grupos católicos (Corrêa e Kalil, 2020, p. 62). Como argumentam de forma detalhada Corrêa e Kalil, há

¹⁶ Ver a análise de Bulgarelli, https://theintercept.com/2020/09/01/entrevista-lucas-bulgarelli-damares-guedes-conservadorismo/?fbclid=IwAR2pYgdnJhUbiAKmZeKerdCaL4DcMizH0eewX3nuiYrWaf5_jj9WuB3sSlc.

uma estreita conexão entre a propagação do discurso antiabortista e antigênero e a consolidação de uma agenda econômica ultraliberal. Conforme demonstrado pelas autoras, a difusão no Brasil de uma literatura em que se combina conservadorismo moral e liberalismo econômico determinou que “la pauta antigênero (y antiaborto) fue incorporada por grupos jóvenes de movilización política como el Movimiento Brasil Libre (MBL) que ha sido un actor central tanto de la campaña pro impeachment así como en las elecciones de 2018” (2020, p. 66). Esses discursos antiabortistas e “antigênero” são parte de uma visão política que recupera a ideia de uma natureza humana como elemento pré-social, cujas implicações ultrapassam o universo semântico do sexo biológico e da heterossexualidade, e se definem como fundamento de uma ordem natural e moral das relações socioeconômicas que não deve ser modificada. Mas qual seria essa ordem natural a ser defendida? Quem se beneficia dela? A história brasileira demonstra que sempre houve grupos e subjetividades que saíram do próprio lugar “natural” e desafiaram estruturas sociais desiguais, mas representadas como parte de uma ordem justa (para uma referência à atualidade, ver neste número Pinho). Esses grupos foram reprimidos ou desautorizados exatamente por terem “invertido” a ordem e ido contra uma suposta natureza: “A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural” (Gonzalez, 1983, p. 225). A própria inscrição na bandeira e no projeto nacional das palavras “ordem e progresso” lembra o quanto a ideia de avançar rumo à modernidade é associada à de ordem e controle do universo social e ambiental, num duplo movimento de dominação e apropriação que reatualiza constantemente novas formas de colonização de corpos, territórios, ecossistemas e animais.

Se por um lado assistimos ao crescimento e à legitimação do projeto representado por Bolsonaro, baseado na destruição do Estado do bem-estar social, na exploração e no genocídio dos grupos historicamente mais vulneráveis e no aumento da violência contra esses grupos, por outro, é impossível negar que antes e depois de sua eleição houve uma renovada capacidade de reproduzir coletivamente a resistência de diversas formas, que vão da entrada nas instituições até experiências de autoajuda de grupos marginalizados no contexto da pandemia (Moraes, Santos, Prandini, 2020; Rodrigues e da Silva, 2020). Como afirma Carreira, “apesar de todos os retrocessos, é importante reconhecer que há resistências e há muitos acúmulos, conhecimentos e experiências” em diversos espaços, mesmo numa situação em que se tornou necessário escolher uma “invisibilidade estratégica” e num contexto radicalmente revolucionado pela pandemia (2020, p. 13).

A gestão da crise sanitária e social, determinada pela pandemia de Covid-19, tornou ainda mais claro o projeto político genocida e ultraliberal do atual

governo¹⁷. Nesse momento, é difícil avaliar se a gestão institucional da crise sanitária será percebida na vida dos diferentes grupos sociais como elemento estrutural de um projeto mais amplo, que levou à eleição de Bolsonaro e se resume na seguinte questão: “Quais vidas importam?”¹⁸. A imbricação das opressões de raça, sexo e classe determina a possibilidade de valorizar e proteger algumas vidas e de reproduzir a histórica desumanização de outras vidas e corpos, considerados inferiores e, por isso, sacrificáveis. As condições de emprego das trabalhadoras domésticas durante a pandemia de Covid-19 demonstram como a reorganização da vida nesse período reforçou princípios hierárquicos já presentes na estrutura da sociedade, segundo os quais a vida das mulheres pobres e negras vale menos do que a da família de seus empregadores. No discurso dominante, há de um lado famílias (brancas, de classe média) e, de outro, trabalhadoras (negras e pobres), cujas famílias e cujos laços afetivos são negados e, assim, desumanizados (Gonzalez, 1983; Ribeiro Corossacz, 2019 e 2020). Na ausência de uma clara política federal de confinamento, as trabalhadoras domésticas estiveram entre as primeiras vítimas e as mais afetadas pelo contágio devido à resistência de muitos empregadores em permitir que elas ficassem em casa durante os primeiros meses de pandemia. Também houve estados que consideraram o trabalho doméstico remunerado um serviço essencial¹⁹, obrigando essa categoria profissional a trabalhar, muitas vezes sem condições adequadas de proteção. Não é possível entender essa situação e esses comportamentos individuais sem considerar os entraves encontrados pelas trabalhadoras domésticas ao longo da história do Brasil até a conquista da PEC nº 72, aos quais elas reagiram com uma articulação política que hoje serve de base para denunciar o alto nível de exposição ao vírus, determinado pela imbricação das opressões de classe, raça e sexo. A campanha social das trabalhadoras domésticas, intitulada “#Cuidedequemtecuida”, é uma das respostas à violência de classe, raça e gênero que estrutura a organização do trabalho doméstico no Brasil e que se manifestou de forma ainda mais desumana durante a pandemia²⁰. Chamando a atenção para a importância do cuidado como

¹⁷ <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html?fbclid=IwAR0o6VPViUThlgv6NpOmlx8BhxU5Cxo8ZqVrazBGUoljhSfGxqbxUDaYVE>

¹⁸ Sobre os impactos da pandemia de Covid-19 na população negra, ver <https://cebrap.org.br/pesquisas/desigualdades-raciais-e-covid-19/>. Sobre os impactos específicos nas meninas negras, que por exemplo passaram a assumir mais responsabilidades domésticas, ver Geledés, 2021.

¹⁹ <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/07/lockdown-no-para-tem-servico-domestico-como-essencial-contrariando-governo-federal-e-mpt.ghtml>

²⁰ <https://www.cuidadequemtecuida.bonde.org/>

relação que constrói nossa humanidade numa circularidade em que os empregadores também devem posicionar-se, sobretudo na ausência de uma política institucional, as trabalhadoras domésticas nomearam não apenas a necessidade de “nos cuidarmos reciprocamente” para conter o contágio, mas também a relevância de construir um projeto de justiça social que reconheça a mútua reprodução das opressões de raça, sexo e classe que as tornou mais expostas à contaminação. Em junho de 2020, quando vigorava o *lockdown*, a morte do filho da trabalhadora doméstica Mirtes Renata de Souza em decorrência do descuido de sua empregadora, à qual a criança havia sido confiada enquanto a mãe passeava com o cachorro dela, é um exemplo do nível de violência que pode estruturar o trabalho doméstico remunerado e, ao mesmo tempo, da desumanização da vida da população negra, especialmente das crianças negras.

Ameaças socioambientais e as estratégias de luta e resistência indígena

Com toda a certeza, o índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós. Então, [precisamos] fazer com que o índio se integre à sociedade... (Jair Bolsonaro, *live* de 23/01/2020).

Essas palavras, pronunciadas pelo atual presidente do Brasil, parecem exumar abordagens, cujas origens remontam ao período da conquista colonial e que perduraram nos anos mais sombrios do indigenismo, antes que a Constituição de 1988 reconhecesse oficialmente o respeito às especificidades culturais dos povos indígenas, sua organização social autônoma e seus direitos originários sobre as terras.

Além de suas conotações racistas, esses discursos tornam a evocar processos de classificação dicotômica, utilizados pelos portugueses durante a conquista, como as categorizações que efetuavam subdivisões entre “índios bravos” e “índios amigos” (ou “índios de pazes”). Segundo essa lógica, enquanto os primeiros podiam ser reduzidos à escravidão após terem sido capturados por meio das chamadas “guerras justas”, aos segundos era reconhecida a liberdade. Desse modo, depois de catequizados e “civilizados”, poderiam tornar-se “vassalos úteis”, destinados a uma progressiva assimilação (Perrone-Moisés, 1992)²¹.

Essas classificações maniqueístas tiveram consequências indiretas e efeitos significativos sobre a configuração das categorias utilizadas para pensar e

²¹ A “guerra justa” era um aparato jurídico, reconhecido pela Coroa Portuguesa. Podia ser posto em prática com base em causas consideradas legítimas, que iam desde o impedimento da propagação da fé até as hostilidades cometidas por parte dos índios (Perrone-Moisés, 1992, p. 124).

interpretar os indígenas também nos séculos posteriores (Pacheco de Oliveira, 2016).

A orientação ideológica que guiou as políticas dos órgãos indigenistas nacionais (o SPI, a partir de 1910, e a FUNAI, que o substituiu em 1967) se baseava em uma abordagem que considerava os índios “relativamente incapazes, para exercer certos atos da vida civil”, como sancionado pelo Código Civil de 1916. Essa “relativa incapacidade” representava o pressuposto para o exercício, por parte do Estado, de políticas de tutela, destinadas a arregimentar os indígenas em um caminho de progressiva “incorporação” na sociedade “civilizada”. Uma assimilação que, sob uma óptica marcadamente evolucionista, era considerada não apenas desejável, mas sobretudo o inevitável estágio final de um processo de emancipação, de maneira coerente com as “ideias presentes em nosso arquivo colonial de representações e práticas, no qual os indígenas são tratados como categoria transitória, pois, uma vez expostos à ‘civilização’, a ela adeririam pelo puro efeito mimético e pelas vantagens evidentes que havia em ser civilizado” (Souza Lima, 2015, pp. 433-434).

As críticas a essa abordagem, provenientes da comunidade antropológica brasileira, e a luta dos povos indígenas para eliminá-la conduziram oficialmente a seu abandono já a partir da Constituição de 1988. Não obstante, as convicções de Bolsonaro parecem ter permanecido ancoradas em um passado anterior a essa data e fossilizadas nessas ideias.

As palavras pronunciadas pelo presidente devem ser lidas sob a perspectiva de seus objetivos políticos, não muito distantes dos pressupostos que se escondiam por trás do Decreto de Emancipação, promovido pelo ministro do Interior, Rangel Reis, em 1978, durante a ditadura. Esse decreto previa que os povos indígenas considerados “aculturados” poderiam “emancipar-se” do *status* jurídico de indígena e, por conseguinte, obter a propriedade privada de lotes de terra. Isso abriria a possibilidade de vender as terras indígenas que hoje, segundo a Constituição, são consideradas “bens da União inalienáveis”, de usufruto exclusivo e posse permanente dos povos indígenas que as administram coletivamente²². Nesse aspecto, tanto hoje quanto naquela época, categorizar e classificar os índios como “emancipados” ou até “evoluídos” (na definição de Bolsonaro), fazendo uma espécie de diferenciação em relação aos outros indígenas, além de não fazer sentido do ponto de vista antropológico, pode abrir uma brecha que facilite a perda dos direitos indígenas sobre suas terras.

A análise dessas retóricas presidenciais permite traçar uma linha de continuidade com os discursos do ex-capitão da reserva durante a campanha

²² O Decreto de Emancipação nunca foi promulgado, pois enfrentou uma forte oposição por parte de uma frente composta pela comunidade antropológica brasileira, pelos movimentos indígenas e por grande parte da sociedade civil.

eleitoral, em particular os pronunciados em Dourados, no Mato Grosso do Sul, nos quais ele se propunha a não demarcar nem um centímetro sequer de território a ser destinado aos povos indígenas, caso fosse eleito²³. Se por um lado esses discursos ecoavam como uma ameaça que desafiava as populações indígenas em um terreno de luta fundamental (a batalha pelos direitos territoriais), por outro, ressoavam como uma promessa para outros grupos e agentes coletivos, influentes no País. Referimo-nos ao setor do agronegócio, bem como ao da mineração, cujos interesses de expansão territorial colidem historicamente com as reivindicações territoriais, conduzidas pelos povos indígenas e quilombolas sobre as próprias terras, e com os mecanismos e processos de fiscalização e proteção ambiental, aplicados pelos órgãos federais. Nesse contexto, tanto Pacheco de Oliveira (neste número), no que concerne ao controle e à defesa dos limites das terras indígenas, quanto Acselrad (*in* Oliveira e Siman, 2018), no que se refere às mais amplas dinâmicas relativas ao tema da justiça ambiental no Brasil, ressaltaram a periculosidade dos processos de enfraquecimento dos órgãos públicos de fiscalização nesses dois setores, estreitamente interligados. Quanto aos direitos territoriais dos povos originários, pôde-se assistir a reiteradas tentativas por parte de Bolsonaro, até agora inibidas pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal, de transferir a responsabilidade da demarcação das terras indígenas da FUNAI ao Ministério da Agricultura, que muitas vezes atua como representante dos interesses do agronegócio.

Nesse clima politicamente hostil aos povos indígenas, nos nove primeiros meses do governo Bolsonaro o número de terras indígenas em que foram registrados episódios de invasão dobrou em relação ao ano anterior. Segundo os dados recolhidos pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário) em 2019, foram 153 contra 76 em todo o ano de 2018. Já no que se refere às ameaças ambientais, os dados publicados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, relativos aos incêndios entre os meses de janeiro e agosto de 2019, certificam um aumento de 71% em relação ao mesmo período em 2018 (INPE, 2019)²⁴.

Há que se reconhecer que também nos anos anteriores, sob os governos do PT, foram aprovadas normas que previam a legalização dos transgênicos no País e realizadas grandes obras, construídas de acordo com um projeto político desenvolvimentista. Além de prejudiciais ao meio ambiente, essas obras eram desfavoráveis aos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e, de maneira mais geral, tradicionais. Entre elas, a usina hidrelétrica de Belo Monte é um caso

²³ Declaração feita à imprensa em 08/02/2018.

²⁴ Após a divulgação dos dados sobre o desmatamento e os consequentes atritos com o ministro do Meio Ambiente e com Bolsonaro, Ricardo Galvão, diretor do INPE, foi exonerado do cargo em agosto de 2019.

emblemático. Todavia, com a eleição de Jair Bolsonaro, as políticas governamentais passaram a representar ameaças muito mais explícitas a essas comunidades, ao meio ambiente e às ONGs que o defendem. Inserem-se nesse quadro aquelas que, mais uma vez, podem soar como promessas eleitorais que flertam com os grandes setores da economia extrativista (agrário, madeireiro e minerador), como a de retirar o Brasil do Acordo de Paris, tratado internacional que visa à redução da emissão de gases de efeito estufa e a conter o aquecimento climático²⁵. Essa proposta acabou por não se concretizar. De fato, em abril de 2021, as promessas de Bolsonaro na Cúpula de Líderes sobre o Clima foram em sentido contrário, no âmbito de uma conjuntura internacional em que o presidente brasileiro já não poderia apoiar-se na sintonia com o presidente dos Estados Unidos. A reunião organizada justamente por Joe Biden, sucessor de Trump na Casa Branca e promotor de uma aproximação antitética das políticas ambientais, viu Bolsonaro prometer o fim do desmatamento ilegal e a redução de quase 50% das emissões até 2030²⁶.

Há que se manter a máxima atenção para verificar se esses compromissos serão respeitados. Contudo, já em 2019 Fearnside advertia: “Bolsonaro pode ainda optar por deixar o Acordo de Paris, ou pode permanecer no acordo, fingindo cooperação internacional enquanto promove o desmatamento. Qualquer desses caminhos representa grandes riscos para o clima e para a Amazônia” (2019).

Essas dinâmicas fazem com que as preocupações com o impacto ambiental, decorrente das políticas do governo presidido pelo capitão reformado do exército, transcendam o âmbito nacional, podendo agravar a crise climática em nível global (Pina-Cabral, 2020, p. 50).

Esses riscos não podem, de modo algum, ser subestimados. No entanto, aqui nos interessa concentrar a atenção sobretudo nas comunidades direta e prioritariamente atingidas por essas políticas e, em particular, nas estratégias de defesa e resistência por elas ativadas. Em outros termos, queremos evitar o risco temido por Zhouri em relação a determinadas retóricas ambientalistas. Segundo a autora, essas retóricas interpretam a Amazônia exclusivamente como “retirada de seu contexto histórico, local e regional, e projetada, na arena global, como um conjunto de ecossistemas sob o impacto de forças econômicas e políticas globais”, mas não levam em conta a análise dos “diferentes sistemas sociais ali existentes” (2006, p. 148). Uma reflexão particularmente apropriada para a macrorregião amazônica, que inúmeras vezes foi interpretada de modo errôneo no imaginário ocidental como uma paisagem incontaminada e desabitada, o *locus* icônico de uma natureza primigênia, e não como um território caracterizado por uma

²⁵ Declarações de Bolsonaro à imprensa, em 03/09/2018.

²⁶ Cf. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56848474>.

secular interação dialética entre ser humano e ambiente (Gow, 1995; Berglund e Anderson, 2003).

Desse modo, concentraremos nossa atenção nas estratégias de luta, ativadas sobretudo pelos povos indígenas, que compartilham uma longa experiência de gestão ambiental sustentável nas terras que habitam e defendem não apenas na Amazônia, mas também em outras regiões caracterizadas por outros biomas, como o cerrado, a mata atlântica, a caatinga, o pantanal e o pampa.

Além da rica literatura antropológica, que evidenciou a inseparabilidade entre sociedade e natureza em muitas cosmologias indígenas e o caráter social das relações entre ser humano e ambiente²⁷, pretendemos aqui dar destaque diretamente às vozes e reflexões indígenas. Sem dúvida, um exemplo significativo é representado pela obra *A queda do céu*, na qual o xamã Yanomami Davi Kopenawa consegue exprimir com excepcional clareza as diferenças entre a interpretação da relação de seu povo com o meio ambiente e a interpretação compartilhada pelos brancos, por ele definidos criticamente como “o povo da mercadoria”:

Na floresta, a ecologia somos nós, os humanos. Mas são também, tanto quanto nós, os xapiri²⁸, os animais, as árvores, os rios, os peixes, o céu, a chuva, o vento e o sol [...]. Os brancos, que antigamente ignoravam essas coisas, estão começando a entender. É por isso que alguns deles inventaram novas palavras para proteger a floresta. Agora dizem que são a gente da ecologia porque estão preocupados, porque sua terra está ficando cada vez mais quente (Kopenawa e Albert, 2015, p. 480).

Traduzidas em diferentes línguas, suas reflexões, bem como as de Ailton Krenak (2015, 2019), oferecem perspectivas tão inéditas quanto críticas ao modelo de desenvolvimento que conduziu à crise ecológica no antropoceno. Além disso, valeram a Davi Kopenawa a eleição para a Academia Brasileira de Ciências, e ao escritor e líder Krenak a atribuição de importantes prêmios literários²⁹.

Essas contribuições evidenciam o quanto as reivindicações ambientais são inseparáveis das político-sociais, de maneira coerente com uma tradição que, no

²⁷ Por necessidade de síntese, citamos apenas as contribuições de alguns autores que, com nuances diversas, puseram em discussão a universalidade da dicotomia natureza/cultura à luz de pesquisas realizadas entre as populações indígenas latino-americanas (Viveiros de Castro, 1996; Descola, 2005) ou desenvolveram reflexões sobre o tema a partir de ideias provenientes também de outros contextos etnográficos (Ingold, 2004).

²⁸ Os xapiri são os espíritos na mitologia Yanomami.

²⁹ Por exemplo, o Troféu Juca Pato como “Intelectual do Ano”, conferido a Ailton Krenak em 2020 pela União Brasileira de Escritores.

Brasil, mesmo além do âmbito indígena, viu diferentes comunidades compartilharem essa abordagem. Um exemplo emblemático é a experiência do movimento dos seringueiros, liderado por Chico Mendes nas décadas de 1970 e 1980.

No caso indígena, as reivindicações dizem respeito a dinâmicas e processos etnopolíticos, que também evocam o direito à diferença, no qual se incluem “a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições”, como menciona a Constituição. Graças a esses direitos, nos anos 1990 surgiram os programas de educação escolar indígena, baseados em escolas comunitárias, diferenciadas, interculturais, específicas e bilíngues, nas quais lecionam professores vinculados a cada povo. Posteriormente, a esses programas se acrescentaram outros relativos ao ensino superior, que viram crescer a presença indígena nas salas de aula universitárias, seja por meio da ativação de cursos específicos, seja graças à oferta de vagas suplementares ou especiais em cursos regulares, em virtude da Lei nº 12.711/2012, conhecida como “Lei de Cotas”. O papel dessas políticas de educação teve uma influência significativa no surgimento de um renovado protagonismo indígena. Em alguns casos, os próprios professores indígenas se afirmaram como “agentes interculturais”, capazes de assumir funções relevantes nas arenas políticas regionais (Lenzi Grillini, 2019), mas o que se manifestou de maneira ainda mais evidente foi o crescimento de um importante protagonismo político feminino. Exemplos emblemáticos desse fato são a eleição de Joenia Wapichana (Rede Sustentabilidade) para a Câmara dos Deputados, primeira mulher indígena a entrar no Congresso, mas também, nas mesmas eleições de 2018, a primeira candidatura histórica de Sônia Guajajara (PSOL) à vice-presidência da República na chapa de Guilherme Boulos (PSOL), líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Sônia Guajajara também desempenha o papel de coordenadora executiva da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), rede de associações indígenas que leva adiante o complexo desafio de defender os direitos dos 305 povos originários das diferentes regiões do imenso território nacional, caracterizados por uma grande heterogeneidade no que se refere aos processos históricos de relação interétnica, à organização sociopolítica e às especificidades linguísticas e culturais.

Joenia Wapichana e Sônia Guajajara compartilham percursos de formação universitária, assim como jovens indígenas ativos atualmente em diversos campos de fundamental importância político-estratégica. O primeiro que podemos citar é o da comunicação, que nos últimos anos viu crescer o ativismo de jovens indígenas em produções audiovisuais, na gestão de rádios *on-line* e na organização de campanhas de sensibilização e mobilização nas redes sociais e em *sites* da internet, com o objetivo de divulgar, sem a mediação de jornalistas ou

ativistas não indígenas, notícias e dados sobre as invasões dos territórios comunitários e sobre seus impactos nos ecossistemas locais³⁰.

O segundo campo, de importância crucial, é o jurídico, que teve representantes do movimento indígena envolvidos em primeira pessoa na defesa dos direitos de seus povos perante os tribunais. Nesse contexto se insere a primeira e histórica ação legal, levada a cabo por um advogado indígena diante dos juízes do Supremo Tribunal Federal. Com efeito, representada por Luiz Eloy Terena, a APIB ajuizou em 2020 uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental em razão da inação do governo na aplicação das normas constitucionais para a proteção da saúde dos indígenas e de suas terras, sujeitas a constantes invasões. Após essa ação legal, a Suprema Corte foi unânime em obrigar o governo federal a tomar todas as medidas necessárias para conter o alastramento da Covid-19 entre os povos indígenas e para elaborar um plano de expulsão dos invasores de seus territórios. As motivações da sentença, pronunciadas pelo ministro Luís Roberto Barroso, uniam indissociavelmente a defesa da saúde e da vida das populações indígenas no combate à difusão da pandemia e a defesa de suas terras, vinculando esta última à salvaguarda do meio ambiente em relação às queimadas, ao desmatamento, à extração ilegal de madeira e à degradação da floresta³¹.

A substancial inação do governo em relação à disseminação da pandemia foi denunciada desde o início pelo movimento indígena, em especial devido à subnotificação de casos de Covid-19 por parte da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), que não levou em consideração o contágio de indígenas em ambiente urbano. Efeitos particularmente dramáticos não tardaram a se manifestar, levando à morte de importantes líderes comunitários, como Aritana Yawalapiti e Paulinho Paiakan, e fazendo com que, após um ano do primeiro contágio, em março de 2020, o percentual de casos confirmados de Covid-19 na população indígena mantivesse alta constante em relação ao percentual de contágio da população total de um país que, em março de 2021, é o segundo no mundo em número de casos e mortes³².

Entre as ameaças epidemiológicas e políticas, sofridas pelos povos originários, a gravidade da conjuntura inevitavelmente nos leva, mais uma vez, ao período da conquista colonial, que uniu a violência europeia à difusão de

³⁰ Destacamos, por exemplo, a rádio *on-line* Yandê, a rede de comunicação independente Mídia Índia e a presença nas redes sociais de páginas dedicadas a cada povo indígena, além daquela da APIB: <https://apiboficial.org>.

³¹ A ação pedia a determinação da retirada imediata de invasores dos territórios dos povos Yanomami, Caripuna, Uru-eu-wau-wau, Caiapó, Arariboia, Mundurucu e da Terra Indígena Trinchira-Bacajá.

³² Os dados sobre a difusão da Covid-19 na população indígena são levantados e comunicados pela APIB no site <https://emergenciaindigena.apiboficial.org>.

agentes patogênicos de doenças como o sarampo, a varíola, a coqueluche, a catapora, o tifo e a difteria, entre outras, responsáveis por provocar uma das mais trágicas catástrofes demográficas de todos os tempos (Carneiro da Cunha, 1992, p. 12).

Guardiões de sua história e conscientes dos riscos que correm, atualmente os povos indígenas organizam a própria luta também olhando para além das fronteiras nacionais, por meio de estratégias e reivindicações que lhes permitam impor-se em uma arena global. Nesse contexto se inserem as *lives* difundidas por meio das redes sociais, nas quais se uniram as vozes de Sônia Guajajara e da jovem ambientalista Greta Thunberg³³, bem como campanhas de sensibilização, como “Sangue indígena: nenhuma gota a mais”, que percorreu a Europa em 2019 e na qual os termos “genocídio das populações indígenas” e “ecocídio” eram associados e denunciados como crimes contra a humanidade. No âmbito dessas manifestações e desses eventos de reivindicação política, afirma-se de maneira cada vez mais nítida a capacidade de jovens ativistas do movimento indígena de se imporem nesses espaços de comunicação intercultural (Conklin e Graham, 1995), modulando linguagens e construindo discursos que também recorrem a competências adquiridas por meio de programas educacionais por eles frequentados. Esses programas não devem ser interpretados como ocasiões de formação que se exaurem em aquisições de noções e conhecimentos. Ao contrário, as reflexões que hoje surgem no movimento indígena abordam sobretudo um processo que se moveria na direção oposta, como exprimem nitidamente as palavras de Célia Xakriabá, ativista e professora indígena, atualmente doutoranda em antropologia:

Alguns estudantes vão para a universidade e não são considerados produtores, autores e interlocutores do conhecimento neste meio. Mas é preciso haver um processo reverso. É isso que eu chamo de indigenização. Por que não indigenizar o outro? Por que não quilombolizar, campesinar o outro? Reconhecer a participação indígena no fazer epistemológico é contribuir para o processo de descolonização de mentes e corpos, desconstruindo o pensamento equivocado de que nós, indígenas, não podemos acompanhar as tendências tecnológicas, ou qualquer outra coisa que exista fora do contexto da aldeia e da ideia de que não seríamos capazes de ocupar tais lugares (2020)³⁴.

³³ Referimo-nos, por exemplo, ao encontro “Faça parte da mudança – Be Part of the Change”, de 28/08/2020.

³⁴ Relativamente ao processo de indigenização, Célia Xakriabá se inspira em Sahlins (1997), que o contrapõe ao de aculturação. Essa escolha por parte da autora também pretende ressaltar a recusa da ideia preconcebida de que os indígenas já podem ser considerados “aculturados”.

Essa abordagem nos oferece uma chave de leitura para interpretarmos os significados assumidos pela presença indígena nos cursos universitários e os objetivos mais ambiciosos do movimento indígena não apenas no que se refere aos programas educacionais, mas também, indiretamente, em todos os outros campos, como o midiático-comunicativo, com a finalidade de “descolonizar as telas” (para usar uma expressão compartilhada dentro da APIB), e o do direito, com o intuito de torná-lo mais polifônico e, assim, alcançar um pluralismo jurídico. Evidentemente, todos esses campos de ação são permeados por finalidades políticas que se conciliam em particular com a luta pelo respeito aos direitos territoriais, vivida como indissociável daquela pela preservação dos ecossistemas manejados pelos povos originários. Essas reivindicações se inscrevem em um projeto, cuja ambiciosa abordagem descolonizadora se revela cada vez mais necessária em um período em que as ideias e categorias de herança colonial são expressamente evocadas pelo bolsonarismo que hoje se encontra no poder.

Diálogos possíveis sobre gênese e impactos do bolsonarismo

Os temas e os processos tratados até aqui pretendem dialogar com as contribuições dos/das autores que compõem o dossiê deste número da revista, dedicado à atual conjuntura política e social brasileira. Os artigos permitem oferecer uma visão aprofundada e poliédrica de conjunto, pois exploram os processos que levaram ao advento do bolsonarismo, bem como seus efeitos em diversos campos da sociedade brasileira.

Os dois primeiros artigos, de Pinho e Maia, abordam o papel da construção e da preservação dos privilégios historicamente atrelados à branquitude, em sua interligação com gênero e classe, para compreendermos a eleição de Bolsonaro. Desse modo, a análise do racismo se concentra nas vantagens por ele garantidas ao grupo social dos brancos de classe média, ou seja, na observação de como a opressão dos negros e das classes populares beneficia materialmente brancos de classes abastadas. Pinho investiga como o ato de nomear o antagonismo entre negros e brancos por meio da frase “a casa grande surta quando a senzala aprende a ler”, viralizada e identificada com trajetórias biográficas específicas, é parte das atuais estratégias de resistência antirracista, e propõe o conceito de “branquitude injuriada” como elemento estrutural do atual quadro político. Com base em uma pesquisa etnográfica, Maia aborda os discursos, os valores e as práticas cotidianas de um grupo de mulheres brancas de classe média, participantes das manifestações que levaram à eleição de Bolsonaro, e demonstra como esses discursos e essas práticas, que têm como núcleo a família branca de classe média heteronormativa, sustentam o

modelo de governabilidade neoliberal do bolsonarismo e produzem determinados corpos.

Um segundo bloco de artigos enfrenta a situação dos povos indígenas. A contribuição de Pacheco de Oliveira discorre sobre as atuais políticas indigenistas nacionais em uma análise de amplo alcance. Estratégias e ações governamentais são analisadas em profundidade também no que diz respeito a seu impacto ambiental e em uma perspectiva diacrônica, que permite identificar semelhanças e diferenças em relação ao período da ditadura. A fronteira amazônica assume aqui um papel privilegiado, constituindo-se em fértil categoria analítica que nos permite compreender a fundo os processos de enriquecimento e ascensão social de alguns agentes e setores da sociedade brasileira, de um lado, e os de exclusão em detrimento dos povos e das comunidades tradicionais, de outro. Em resumo, uma análise com grande potencial também para desenvolver uma reflexão sobre os pressupostos da democracia brasileira.

Em relação a esse quadro político, como já mencionado, hoje se revela particularmente importante, se não necessário, lançar luz sobre as estratégias de resistência elaboradas pelos próprios povos indígenas. E é em especial àquelas que se opõem à dramática difusão da Covid-19 que se dedica o artigo de Andrade, Gomes e Campos, uma contribuição que nos permite acompanhar as ações praticadas pelo povo indígena Xakriabá. Nesse caso, a organização comunitária, no âmbito de um projeto de concreta aliança com uma equipe de pesquisa universitária, tomou a iniciativa de combater o contágio pandêmico, cujas dimensões e repercussões sociais e biológicas foram demonstradas pelos autores. Essa resposta permitiu produzir dados epidemiológicos e ativar estratégias de combate à difusão do vírus nas terras indígenas e serviu de contrapeso àquela que surgiu de maneira cada vez mais clara como uma “antipolítica indigenista” do governo federal.

Segue um terceiro bloco de artigos, que aborda as mudanças nas políticas públicas para as mulheres a partir da análise do protagonismo e da militância de mulheres e feministas, bem como de sua atuação nos governos do Partido dos Trabalhadores. O texto de Fina se apoia em um trabalho etnográfico, realizado durante as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, e analisa o período imediatamente anterior ao *impeachment* de Dilma Rousseff, fornecendo-nos um quadro que contribui para a compreensão do fortalecimento de posturas retrógradas. Apontando para a pluralidade de espaços e estratégias do campo feminista, espelhado nas Conferências, Fina examina como o “ativismo institucional” desses anos se constituiu em uma arena em que de fato se inseriram prevalentemente mulheres brancas e escolarizadas, deixando de fora a participação de indígenas e negras. A combinação entre limitações na tradução dos processos participativos em políticas públicas e alianças políticas realizadas

em nome da governabilidade é o objeto de reflexão da autora. Conduzindo-nos aos dias atuais, o texto de Perez, de Souza Moreira e Vaz de Moura discute as pautas e as estratégias da Marcha Mundial das Mulheres nesse momento de rompimento do diálogo com o Estado, causado pelo autoritarismo neoliberal e pelo retrocesso no campo dos direitos das mulheres do atual governo. Baseado em depoimentos de ativistas, o artigo considera os efeitos da eleição de Bolsonaro no desmonte das políticas para as mulheres e descreve a continuidade da ação da Marcha, que mantém e articula a própria atuação de combate às injustiças causadas pelo sistema capitalista, patriarcal e racista por meio da mobilização nas ruas e redes sociais.

Já o texto de Freitas e Cornélio trata dos riscos de desmonte e enfraquecimento das políticas destinadas a democratizar o acesso às universidades públicas, implementadas pelos governos anteriores. O artigo, que inaugura um bloco de contribuições dedicadas ao aprofundamento crítico dos efeitos do bolsonarismo sobre as políticas educacionais nacionais, concentra-se na análise dos discursos de protesto, produzidos por estudantes negros e indígenas contra os cortes nos financiamentos destinados ao ensino superior. Esses cortes representam uma ameaça ao seu direito à educação e, antes de tudo, comprometem a própria possibilidade de ingresso e permanência nas universidades do País.

Como ilustra Oliveira no artigo seguinte, essas políticas se inscrevem em um quadro mais amplo, no qual todo o sistema educacional nacional corre o risco de seguir os ditames de uma agenda política ultraliberal. Com efeito, a autora desenvolve sua análise a partir da Proposta do Plano de Governo de Bolsonaro para examinar as ações realizadas ao longo do primeiro ano de mandato presidencial. Essas reflexões críticas nos permitem compreender que, por trás da aparente ausência de um projeto educacional de governo, escondem-se objetivos ultraconservadores, que afetam principalmente os âmbitos da doutrinação ideológica, da alfabetização e da disciplina.

Enquanto essas contribuições permitem explorar modalidades e ideologias que, na atual conjuntura política brasileira, interligam os projetos educacionais com um projeto preciso de sociedade, o artigo de Barbosa se concentra particularmente na análise deste último. Seu texto indaga os processos que levaram à realização de um projeto político neoconservador, que, por sua vez, comportou o esvaziamento das políticas sociais e educacionais com o efeito de agravar as desigualdades socioeconômicas no País. Em particular, nesse artigo são desconstruídos os discursos e as retóricas usados nos ataques ao suposto “marxismo cultural” e empregados pela extrema direita para deslegitimar quem apoia políticas de justiça social e defende os direitos civis e os projetos educacionais baseados no pensamento crítico.

O número se conclui com o texto de Resende, que enfoca o caráter cada vez mais autoritário da atuação política do presidente Bolsonaro e de seu governo, que vem se transformando em “exercício mesmo do fascismo”. Conduzindo-nos por várias etapas do bolsonarismo como processo e realidade cultural e política, baseada no terror e no ódio, Resende abre espaço para uma reflexão sobre os rumos da democracia brasileira, sua fragilidade e seu atual esfacelamento. Ao nos fornecer o quadro dos ataques racistas, sexistas e homotransfóbicos do bolsonarismo, a autora se posiciona e nos exorta a também nos posicionarmos em prol de um pacto democrático para impedirmos o crescimento do fascismo. Junto com os outros textos, essa exortação, que vai muito além das fronteiras geográficas do Brasil, contribui para encerrar este número com um olhar para a frente e o objetivo de construirmos um futuro melhor³⁵.

Bibliografia

- ACCIARI, Louisa – Valeria, RIBEIRO COROSSACZ. “La construction d’une pratique politique intersectionnelle dans les luttes des travailleuses domestiques au Brésil”. *Cahiers du Genre*. 69, 2, 2020. (pp. 231-254).
- ADORNO, Sérgio. “História e Desventura: o 3º Programa Nacional De Direitos Humanos”. *Novos Estudos*. 86, Março, 2010. (pp.5-20).
- ALMEIDA, Ronaldo De. “Bolsonaro presidente, Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. *Novos estudos*. 38 (1) 2019. (pp. 185-213).
- BERGLUND, Eeva - David G, ANDERSON. “Introduction: Towards an Ethnography of Ecological Underprivilege” in BERGLUND, Eeva - David G, ANDERSON (eds.). *Ethnographies of Conservation: Environmentalism and the Distribution of Privilege*. London, Berghahn Books, 2003. (pp. 1-16).
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades. Limites da democracia no Brasil*. São Paulo, Boitempo editorial, 2017.
- BROWN, Wendy. *In the Ruins of Neoliberalism, The Rise of Antidemocratic Politics in the West*. New York, Columbia University Press, 2019.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- CARREIRA, Denise. “Entrevista”. *Revista Diversidade e Educação*. 8 (2), 2020. (pp. 7-20).

³⁵ A preparação deste Dossiê atravessou momentos muito tristes e difíceis para o Brasil, sobretudo devido à dramática situação determinada pela pandemia de Covid-19. Agradecemos às/aos autores e pareceristas que contribuíram para a sua realização, mesmo neste momento de sofrimento.

- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- CESARINO, Leticia. “Como as mídias sociais proporcionam uma política populista: observações sobre liminaridade com base no caso brasileiro”. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. 59 (1), 2020. (pp. 404–427).
- CHALHOUB, Sidney – Cath, COLLINS – Mariana, LLANOS – Mónica, PACHÓN – Keisha-Khan Y., PERRY. *Report of the LASA. Fact-finding Delegation on the Impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff*. Pittsburgh, PA, Latin American Studies Association, 2017.
- CIMI. “A maior violência contra os povos indígenas é a destruição de seus territórios, aponta relatório do Cimi”. <https://cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contr-a-os-povos-indigenas-e-a-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi/> [24/09/2019].
- CONKLIN, Beth – Laura, GRAHAM. “The Shifting Middle Ground: Amazonian Indians and Eco-Politics”. *American Anthropologist*. New Series, 97 (4), 1995. (pp. 695-710).
- CORRÊA, Sonia – Isabela, KALIL. *Políticas Antigênero En América Latina: Brasil – ¿La Catástrofe Perfecta?*. Observatorio de Sexualidad y Política, G&PAL, 2020.
- COSTA VARGAS, João. “Gendered antiblackness and the impossible Brazilian project: Emerging critical black Brazilian studies”. *Cultural Dynamics*. 24, 1, 2012. (pp. 3– 11).
- COSTA VARGAS, João. “Racismo não dá conta: antinegitude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade”. *Revista EM PAUTA*, 45, 18, 2020. (pp 16– 26).
- COSTA VARGAS, João – Jaime, AMPARO ALVES. “Geographies of death: an intersectional analysis of police lethality and the racialized regimes of citizenship in São Paulo”. *Ethnic and racial studies*, 33, 4, 2010. (pp. 611-636).
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo do seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.
- DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris, Gallimard, 2005.
- DINIZ, Debora - Marcelo, MEDEIROS - Alberto, MADEIRO. “Pesquisa Nacional de Aborto 2016”. *Ciência e saúde coletiva*, 22, 2, 2017. (pp. 653-660).
- FASSIN, Eric, “Brésil: le laboratoire intersectionnel du néolibéralisme”, *AOC media*, 04/10/19. 2019. <https://aoc.media/opinion/2019/10/04/bresil-le-laboratoire-intersectionnel-du-neoliberalisme/>
- FEARNSIDE, Philip M. “Bolsonaro e o Acordo de Paris: 1 – Resumo da série”. *Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/bolsonaro-e-o-acordo-de-paris-1-resumo-da-serie/> [18/05/2019].
- FELTRAN, Gabriel. “The revolution we are living”. *Hau*, 10 (1), 2020. (pp. 12-20).

- FLAUZINA, Ana Luiza. "Democracia genocida" in PINHEIRO-MACHADO e FREIXO (org.). *Brasil em transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro, Oficina Raquel, 2019. Edição em e.book.
- FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio De Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, 2014.
- GARBAGNOLI, Sara - Massimo, PREARO. *La crociata «anti-gender». Dal Vaticano alle manif pour tous*. Torino, Kaplan, 2018.
- GELEDÉS. Instituto da Mulher Negra. "Esterilização: impunidade ou regulamentação?". *Cadernos Geledés 2*. Programa de Saúde, São Paulo, 1991.
- GELEDÉS. Instituto da Mulher Negra. *A educação de meninas negras em tempos de pandemia: o aprofundamento das desigualdades*. São Paulo, 2021.
- GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". *Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 2, 1983. (pp. 223-244).
- GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afrolatinoamericano". *Revista Isis Internacional*, 9, 1988. (pp. 133-141).
- GOW, Peter. "Land, People and Paper in Western Amazonia" in HIRSCH, Eric - Michael, O'HANLON. (eds.). *The anthropology of landscape: perspectives on place and space*. Oxford, Clarendon Press, 1995. (pp. 43-62).
- INGOLD, Tim. "Beyond Biology and Culture: the meaning of evolution in a relational world". *Social Anthropology*, 12 (2), 2004. (pp. 209-222).
- INPE. "Programa Queimadas". *Infoqueima Boletim Mensal de Monitoramento*. São José dos Campos, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, IV, 8, Agosto 2019.
- KISCHINHEVSKY Marcelo - Itala Maduell, VIEIRA - João Guilherme Bastos de, SANTOS - Viktor, CHAGAS - Miguel de Andrade, FREITAS - Alessandra, ALDÉ. "WhatsApp audios and the remediation of radio: Disinformation in Brazilian 2018 presidential election". *Radio Journal: International Studies in Broadcast & Audio Media*, V.18 N. 2, 2020. (pp 139-158).
- KOPENAWA, Davi - Bruce, ALBERT. *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015 (1ª ed. 2010).
- KRENAK, Ailton (organização de COHN, Sergio). *Ailton Krenak/Encontros*. Rio De Janeiro, Beco Do Azougue Editorial, 2015.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.
- LACLAU, Ernesto. *On populist reason*. London, Verso, 2005.
- LENZI GRILLINI, Filippo. "Processi di costruzione della categoria di indigeno in Brasile: prospettive di ridefinizione e di affermazione nelle arene politiche

- locali e nazionali”, *Confluenze, Rivista di Studi Iberoamericani*, 11, (2), 2019. (pp. 370- 409).
- LEVITSKY, Stephen – Daniel, ZIBLATT. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- MORAES, Carolina - Juma, SANTOS - Mariana, PRANDINI ASSIS. “‘We Are in Quarantine but Caring Does Not Stop’: Mutual Aid as Radical Care in Brazil”. *Feminist Studies*, 46, 3, 2020. (pp. 639-652).
- NEIBURG, Federico - Omar Ribeiro, THOMAZ. “Ethnographic views of Brazil’s (new) authoritarian turn”. *Hau*, 10 (1), 2020. (pp. 7-11).
- OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de - Frederico Magalhães, SIMAN. “Entrevista com o professor Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ)”. *Rever – Revista de Extensão e de Estudos Rurais*, 7 (2), 2018. (pp. 5-12).
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: pacificações, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2016.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)” in CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. (pp. 115-132).
- PINA-CABRAL, João. “When ethics runs counter to morals”. *Hau*, 10 (1), 2020. (pp. 50–53).
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana - Adriano, FREIXO. “Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso”, in PINHEIRO-MACHADO, Rosana - Adriano, FREIXO (org.). *Brasil em transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização*, Rio de Janeiro, Oficina Raquel, 2019. Edição em e-book.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana – Lucia, MURY SCALCO. “From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil”. *Hau*, 10, (1) 2020. (pp. 21–31).
- PITANGUY, Jacqueline. “As veteranas”, in BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa (org.). *Explosão Feminista. Arte, Cultura, Política e Universidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018. (pp. 461-479).
- PRANDI Reginaldo - João Luiz, CARNEIRO. “EM NOME DO PAI, Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff”. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, 33 (96), 2018. (pp. 1-22).
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo, Pólen, 2019.
- RIBEIRO COROSSACZ, Valeria. *O corpo da nação. Classificação racial e gestão social da reprodução em hospitais da rede pública do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009.
- RIBEIRO COROSSACZ, Valeria. “Sexual harassment and assault in domestic work: An exploration of domestic workers and union organizers in Brazil”. *The*

- Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 24, 2, 2019. (pp. 388-405).
- RIBEIRO COROSSACZ, Valeria. "Assédio sexual no emprego doméstico." *Revista Z Cultural: Revista do Programa avançado de cultura contemporânea*, UFRJ, XV, (2), 2020, <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/06/ASS%C3%89DIO-SEXUAL-NO-EMPREGO-DOM%C3%89STICO-%E2%80%93-Revista-Z-Cultural.pdf>.
- RODRIGUES, Vera. "E Agora Falamos Nós: Mulheres Beneficiárias do Bolsa Família em Redenção-CE". *Tomo*, 28, 2016. (pp. 73-100).
- RODRIGUES, Vera - Mona Lisa, DA SILVA. "O cotidiano da Covid-19 no olhar de mulheres negras cearenses". *Ponto Urbe Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, 27, 2020. (pp. 1-13).
- SAHLINS, Marshall. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (parte II)". *Mana*, 3, (2) 1997. (pp. 103-150).
- SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. "Autonomia e Aborto: Desafios a partir da experiência de mulheres rurais e de periferias urbanas". *Debates Feministas*, 10, junho, 2018.
- SOARES, Luiz Edoardo. *Dentro da noite feroz: O fascismo no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2020.
- SOLANO, Ester. "Crise da Democracia e Extremismos de Direita". *Análise*, Fundação Friedrich Ebert, n. 42. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>. 2018.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de Souza. "Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, Séculos XX/XXI". *Mana*, 21, (2), 2015. (pp. 425-457).
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio". *Mana*, 2, (2) 1996. (pp. 115-144).
- XAKRIABÁ, Célia. "Amansar o giz". *Piseagrama*, Belo Horizonte, 14. <https://piseagrama.org/amansar-o-giz>, 2020.
- ZANOTTA MACHADO, Lia. "From the Time of Rights to the Time of Intolerance. The Neoconservative Movement and the Impact of Bolsonaro Government. Challenges for Brazilian Anthropology". *Vibrant* [online], 17, 2020. (pp. 1-35).
- ZHOURI, Andrea. "O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados". *Horizontes Antropológicos*, 12, (25) 2006. (pp. 139-169).

Valeria Ribeiro Corossacz é professora de antropologia na Università degli Studi di Modena e Reggio Emilia, Itália. No Brasil fez pesquisa de campo sobre diversos temas: racismo e sexismo na saúde reprodutiva; classificação racial em documentos médicos; racismo, branquitude e privilégio; trabalho doméstico remunerado e violência sexual. Na Itália, pesquisou o racismo em migrações e a intersecção de racismo e sexismo. Publicou vários artigos e livros sobre esses temas, o último livro é *White middle-class men in Rio de Janeiro. The making of a dominant subject*, Lexington Books, 2018.

Contato: valeria.ribeirocorossacz@unimore.it

Filippo Lenzi Grillini é pesquisador e professor de Antropologia na Universidade de Siena onde obteve o título de doutor na mesma área. Realizou extenso trabalho de campo com os Xakriabá, povo indígena de Minas Gerais. Desenvolveu pesquisas sobre: etnicidade, educação e participação política indígenas, laudos antropológicos, demarcações das Terras Indígenas no Brasil e, recentemente, jogo de azar na Itália. Publicou os livros: *I confini delle Terre Indigene in Brasile* e *L'antropologia in azione*.

Contato: lenzigrillini@unisi.it